

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
Jornadas Bolivarianas – Os Rumos da Crise na América Latina (XII Edição)
Abril de 2016

Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: aproximações ao debate sobre a dinâmica da posição brasileira na América Latina

Cássius M. T. M. B. de Brito¹; Meire Mathias²

Resumo: Neste artigo, elegemos determinados termos-chaves que consideramos fundamentais para discutir a situação do país na dinâmica atual da acumulação capitalista mundial, tendo em vista a organização dos Estados capitalistas no sistema internacional. O estudo sobre a formação social brasileira nos leva a refletir sobre as configurações que o capitalismo foi adotando ao longo do seu processo de desenvolvimento em nível global e seus impactos internos. Deste modo, os conceitos, ideias e formulações acerca da dependência, imperialismo e capital-imperialismo ganharam centralidade para pensarmos as determinações que se impõe nas relações centro x periferia, em particular na América Latina.

Dependência e Imperialismo

Para a tradição crítica da teoria social brasileira e latino-americana, a elaboração de um projeto de poder que orientasse uma política do Estado nos países do subcontinente sempre esteve às voltas com uma questão fundamental: a relação de dependência que eles estabelecem com os países capitalistas centrais. Da dominação colonial à dominação imperialista, passando por fases intermediárias e suas conformações atuais, as características de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos impõe a seus processos de desenvolvimento uma forte marca de heteronomia.

As diferentes formas de dominação externa teriam em comum, segundo Florestan Fernandes, três aspectos principais: a) concentração de riqueza, poder e prestígio nos estratos sociais mais próximos dos núcleos de dominação externa; b) a coexistência do “atraso” com o “moderno”, em uma relação de funcionalidade entre si; c) exclusão de amplas massas da população da participação dos resultados da modernização econômica, política e cultural (FERNANDES, 1973, p. 20).

Para Florestan, as estruturas de poder da sociedade brasileira, desenvolvidas pari passu aos limites impostos pela dominação externa, resultaram, ao longo de um largo processo histórico, em um padrão de dominação denominada por ele de “autocracia

¹ Mestrando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Doutora em Ciência Política, Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

burguesa”, em que a aristocracia rural, a burguesia nativa surgida no curso do processo de industrialização e aquela sua parcela mais aliada ao imperialismo, além de outros setores das classes médias acabaram por se unir de maneira mais orgânica na dominação social e no controle do Estado.

A caracterização que Florestan faz do padrão de dominação na sociedade brasileira é tributária do conceito de imperialismo. Por isso, consideramos importante resgatar sinteticamente a reflexão leniniana sobre o imperialismo a fim de precisar o que estamos entendendo por este conceito.

Lenin partirá da tendência à concentração e centralização do capital apontada por Marx, mas não compartilhará plenamente com o otimismo dele sobre a “hora derradeira da propriedade privada capitalista” (MARX, 2013, pp. 1.012-1.013). Ele tratará o imperialismo como uma nova fase do capitalismo, que eleva as contradições do processo de acumulação de capital a um patamar superior, dando a ela uma sobrevida, amplificando, contudo, os efeitos contraditórios de seu desenvolvimento. Nela “ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LENIN, 2011, p. 218).

A fase concorrencial do capitalismo ampliara enormemente a produção de mercadorias, cujos preços baixos constituíam a “artilharia pesada que derrubava todas as muralhas da China”. A concentração e centralização do capital decorrentes do movimento de sua reprodução ampliada eram simultaneamente a resposta e a elevação a um novo patamar de determinação da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Se a burguesia iniciou a criação de “um mundo à sua imagem e semelhança” mediante a exportação de mercadorias no mercado mundial, ao se basear na exportação de capitais, o imperialismo se transforma em Caronte do capital, convertendo-se em meio pelo qual, não apenas se amplia o consumo mundial de mercadorias, mas se exportam as próprias relações de produção capitalistas para todos os cantos do globo terrestre.

A perspectiva leniniana sobre o imperialismo será a base a partir da qual, no contexto dos anos 1960, um conjunto de autores se debruçará sobre os condicionantes estruturais da dependência e, a partir de críticas à concepção “ortodoxa sobre o desenvolvimento” provinda do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da perspectiva weberiana sobre a dependência (Fernando Henrique

Cardoso, José Serra), se esforçará para criar uma Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta surge também – na perspectiva de autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Andre Gunder Frank, dentre outros – da necessidade de complementação às teses clássicas do imperialismo desde a perspectiva dos países latino-americanos.

A TMD teria como função o desvendamento dos processos estruturais que desenvolveram o que Marini (1976) chamou de “capitalismo *sui generis*” nas formações sociais latino-americanas. Neste sentido, a TMD critica a visão evolucionista da CEPAL, segundo a qual a situação de subdesenvolvimento significava uma ausência de desenvolvimento (etapismo) e a ideia de que um conjunto de políticas de industrialização seria capaz de levar os países em direção ao grau de desenvolvimento dos países centrais. Também se posicionava criticamente à perspectiva weberiana a respeito da dependência, que se contentava com o desenvolvimento capitalista para os países latino-americanos no interior do modelo dependente-associado (cujo principal expoente foi Fernando Henrique Cardoso)³.

Para a TMD, a dependência é entendida como uma situação em que uma determinada economia está condicionada pela expansão da economia a que está subordinada, o que significa uma relação entre autonomia e heteronomia (relativas, é claro, mas reais), na qual a economia dominante pode se expandir de modo auto-sustentável, enquanto a economia dependente tem sua expansão condicionada à primeira e sempre no interior dos limites da situação de dependência (MARINI, 1976). E apresenta a combinação de outros elementos fundamentais: a transferência de valores dos países periféricos aos países centrais mediante a deterioração dos termos de troca; o truncamento do mercado interno, que, junto com a determinação anterior, impediria que toda a massa de mais-valia produzida fosse realizada aqui funcionando como fundo de acumulação interna. A combinação destes dois fatores implicaria na superexploração da força de trabalho (salários abaixo do valor como característica estrutural permanente da dependência) – mecanismo de compensação à heteronomia do modo de acumulação. Como desdobramento disso, o truncamento do mercado interno obrigaria a que, em países que figuram como “centros médios de acumulação” (caso do Brasil, na América

³ Fernando Prado (2012) faz um interessante resgate histórico-bibliográfico sobre a situação de “não-debate” em torno do tema da dependência, em que prevaleceu as críticas de FHC e Serra à TMD, sem que a própria teoria fosse investigada em seus próprios termos.

Latina), a produção de mercadorias suntuárias (alta esfera de consumo) tivesse vazão pela via da exportação, constituindo um processo de subimperialismo regional⁴.

A exportação de capitais é a base típica do movimento econômico imperialista. A concentração e centralização de capital resultantes de sua crescente reprodução ampliada e conseqüente acumulação na forma de propriedade burguesa se dão mediante uma alteração da sua composição orgânica, o que configura a causa principal da tendência à queda da taxa de lucro. A composição orgânica aumenta na medida em que sobe a proporção de capital constante (em especial, a maquinaria) frente ao emprego de capital variável (força de trabalho assalariada) no processo de valorização do capital. Contraditoriamente, este aumento do capital constante é invariavelmente necessário para potencializar a produtividade do trabalho, baratear o valor unitário das mercadorias e dar competitividade às empresas no mercado, ao passo que reduz a fonte imediata de mais-valia (emprego da força de trabalho).

Para contrabalançar a queda tendencial na taxa de lucro, é preciso reduzir a composição orgânica do capital sem que, para isso, as empresas tenham que se desfazer do capital constante que lhes potencializa a produtividade da força de trabalho assalariada. Uma das formas de realizar isso é aumentar a produtividade do setor de bens de produção (máquinas, tecnologia e matérias primas), o que reduziria a magnitude de valor do capital constante, contra-arrestando a tendência à queda na taxa de lucro. Mas o que fazer, por exemplo, com a maquinaria já em uso numa indústria capitalista? Uma das saídas é deslocá-la a uma filial/subsidiária ou vendê-la a outra região ou país, onde terminará de ter consumido seu valor como mercadoria em um processo de trabalho com uma participação maior de capital variável. Este processo, contudo, é muito dependente da velocidade do desenvolvimento tecnológico, o que, muitas vezes, não é compatível com o compasso da rotação de cada circuito de vida do capital.

O processo contínuo da “acumulação primitiva” do capital, isto é, de preparo das condições básicas para a reprodução do modo especificamente capitalista de produção, gerou, historicamente, tanto o “centro” como a “periferia” do que seria a fase imperialista⁵. Concomitantemente, tal processo, ao longo de um período relativamente

⁴ A teoria leniniana do imperialismo e a TMD, portanto, não advogam teses estagnacionistas sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente, como é comum encontrar nas afirmações derivadas da crítica de FHC.

⁵ América Latina foi, desde sempre, fundamental para o desenvolvimento capitalista nos países centrais 1) por ser fonte de metais preciosos/meios de pagamento para uma ampliação do mercado enquanto centro das relações econômicas; 2) por ser fonte de bens agropecuários de baixo valor, que, por um lado

breve de tempo, formou tanto a fase superior da acumulação capitalista nos países centrais, como criou nações a partir de antigas colônias europeias e modernizou suas estruturas econômicas, políticas e sociais para servirem-lhe de terreno de expansão.

Florestan Fernandes, analisando a emergência e expansão do que ele chama de ordem social competitiva a partir da transição neocolonial, isto é, do período que vai, segundo ele, da segunda metade do século XIX até a década de 1950, relaciona como os impulsos externos vindo da expansão capitalista mundial transformam as sociedades da periferia num sentido burguês:

“mas é fácil perceber que nessa sua idade de ouro as nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com audácia desconhecida. [...] Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social para ajustá-lo não só a potencialidade reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e expandirem” (FERNANDES, 2005, p. 273).

Essa “revolução econômica” não significou um rompimento com a situação de dependência, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista interno não era homogêneo, reproduzindo a reciprocidade funcional entre os setores “arcaicos” e “modernos” da economia, mas de um modo desigual e combinado, na medida em que a centralização gradual das operações comerciais e financeiras e a concentração de capital resultante e tais operações no setor moderno passa a “integrar gradualmente localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída” (Idem, p. 279).

A articulação entre imperialismo e dependência resultou, na América Latina, resultou em processos seculares de revolução burguesa de tipo não clássico (não “jacobino”, diria Gramsci), mas combinam o desenvolvimento das relações sociais burguesas com um processo, no mais das vezes, tutelado de constituição de direitos sociais, políticos e culturais para a ampla maioria da população, enfim, de democracia. Algumas diferenças importantes entre a formulação leniniana acerca do imperialismo, o grau atual de concentração e centralização do capital e seus desdobramentos sobre a forma do capital hoje em dia e os impactos que isso pode ter sobre a formulação clássica

compensam a diminuição de população trabalhadora rural nos países centrais em decorrência da proletarianização urbana e, por outro, mantem baixo o suficiente o valor dos meios de subsistência a esses trabalhadores que são empregados na indústria em desenvolvimento; 3) produção de matérias-primas de baixo valor para as indústrias dos países centrais, atuando como mecanismo de tensionamento para baixo do valor do capital constante na composição orgânica do capital (MARINI, 1976).

da TMD serão tratadas em seguida quando falarmos da proposta de Virgínia Fontes sobre o capital-imperialismo.

O capital-imperialismo

Sendo a “contradição em processo” e movido pela dinâmica da “reprodução ampliada”, a caça incessante pelo valor que move o capital faz com que seu processo de desenvolvimento possa ser entendido também como modos de “fuga para frente”. A reprodução dos seus pressupostos em escala ampliada é também um dos resultados do seu desenvolvimento imanente. Buscando lançar luz sobre a configuração do capitalismo atual, com seu nível extraordinário de concentração e centralização de propriedade, a historiadora Virgínia Fontes tem proposto chamar esta nova fase de “capital-imperialismo”.

Ela usa este termo para retornar às caracterizações clássicas do movimento do capital em expansão, seus desdobramentos imperialistas e distanciar-se de duas concepções sobre o imperialismo diferentes do sentido atribuído por Lenin. A primeira alarga extraordinariamente o conceito de imperialismo ao afirmar que o capitalismo sempre teria sido imperialista, desde os primórdios da expansão mercantilista até o começo do século XXI. A segunda restringe a abrangência do conceito a uma disposição de conduta política quase sempre de um único Estado em relação aos outros, geralmente do Estado hegemônico do sistema internacional. Em ambos os casos, segundo ela, o conceito perderia a sua denotação própria de designar um processo que eleva o caráter fundamental do modo de produção especificamente capitalista (reprodução ampliada do valor e reposição ampliada de suas condições sociais específicas – mercantilização da força de trabalho e progressivamente de todos os aspectos da vida, etc.) a um patamar em que a concentração e centralização do capital chegam a um nível alto suficiente para transformar a escala do desenvolvimento sem negar os seus determinantes fundamentais (FONTES, 2010, pp. 147-148).

A autora busca, com o conceito de capital-imperialismo, entrar no debate sobre as novas configurações do movimento do capital, campo que dispõe de conceitos como acumulação por espoliação, globalização, neoliberalismo, mundialização, entre outros. Cada um desses conceitos apresenta sua própria rede de referências empíricas e teóricas, mas que, para ela, sob a necessidade de inovar a compreensão dos processos atuais,

podem subordinar excessivamente características do movimento do capital que seguem vigentes, ainda metamorfoseadas.

Com o uso do conceito capital-imperialismo, a autora pretende dar conta de operar com os seguintes processos: 1) predomínio do capital monetário, que expressa a 2) dominação da pura propriedade capitalista em 3) seu impulso avassaladoramente expropriador. Para a autora, o marco histórico de passagem do imperialismo às formações originais do capital-imperialismo foi o pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a “união íntima” entre capital industrial e capital bancário se desenvolveu a tal grau de concentração que, para ela, se poderia falar em predominância da “pura propriedade de recursos sociais de produção” (Idem, p. 155) em uma “fusão pornográfica” (Idem, p. 359). O que define essa passagem é que o patamar de concentração alcançado pelo capital monopolista teria provocado um distanciamento entre a propriedade deste capital altamente concentrado e a propriedade imediata dos meios de produção, na qual, dos imensos conglomerados multinacionais estaríamos indo em direção “a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos” (Idem, p. 155).

A ampliação do grau de concentração de capitais no processo de desenvolvimento do imperialismo implicou em modificações não apenas nas formas de gestão destes capitais em busca de valorização, como também em transformações das relações entre os seus proprietários e os meios materiais necessários àquela valorização. As massas crescentes de valor extraídas do processo produtivo de capital precisavam encontrar modalidades de retorno em uma escala ampliada para seguir se valorizando. A satisfação das necessidades da reprodução exigia a abertura de fronteiras e isso significa a dominação de novos espaços geográficos e outras formas de produção de valores de uso ainda não completamente submetidas às determinações da produção especificamente capitalista. “O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a disponibilização de massas crescentes da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em

formas de produção/extração de valor” (grifos no original – Idem, p. 165)⁶ . Portanto, para a autora,

“falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. [...] (Idem, p. 149)”.

Desta dupla injunção aprofunda-se, de um lado, a aproximação de setores de representação das classes subalternas ao espaço próprio da gestão do capital-imperialismo, como é o caso de sindicalistas gestores dos fundos de pensão, que atuam na separação entre a propriedade e gestão dos recursos sociais de produção e, de outro lado, na conversão mercantil-filantrópica da militância das lutas sociais e do empresariamento direto de setores populares, que passam a participar não apenas como “público-alvo” de projetos de responsabilidade social das empresas, mas como sujeitos delas através do engajamento no voluntariado. Isso provoca um processo de apassivamento das lutas sociais, visto que “os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos.” (FONTES, 2010, p. 348).

Dependência, capital-imperialismo e subimperialismo

E como pensar a situação dos países periféricos, em especial o Brasil, no interior da problemática do capital-imperialismo? Primeiramente, é preciso lembrar que a autora, ao recuperar a formulação leniniana do imperialismo, integra a combinação dominação-dependência-desenvolvimento capitalista no modo contraditório de expansão do capitalismo a partir do segundo pós-guerra. Ou seja, o imperialismo reforça as assimetrias econômicas e políticas no sistema internacional dos Estados, mas o faz

⁶ Este é um dos aspectos de urgência, que, no Estado, aparece na consolidação da hegemonia, o que Gramsci chamou de “reforma intelectual-moral” (combinação de força e consenso) e, na economia, na ampliação dos espaços sociais de reprodução ampliada do capital.

desenvolvendo o capitalismo nos países e suas “áreas de influência”, contando com a participação dos grupos dominantes locais, que, entretanto, são mantidos sob condição de subalternidade:

“a transmutação do conceito de imperialismo – inclusive pela sua enorme popularização, mas também, em muitos casos, por sua deformação – foi paulatinamente deixando na sombra o fato de que a expansão do capitalismo em outras partes do mundo, desde finais do século XIX, passou a ocorrer pela via do imperialismo, no sentido específico de uma extensão de extração de mais-valor interna e externa, estreitando os elos hierárquicos entre diferentes formações sociais, modificando-as e, simultaneamente, alterando-se o próprio teor dos países centrais” (Idem, p. 148).

Na medida em que, para ela, o capital-imperialismo é a configuração dominante do capitalismo contemporâneo, o desenvolvimento da acumulação de valor mesmo nos países periféricos deve adaptar-se a esta nova dinâmica. Ao estudar a projeção do Estado brasileiro na América Latina e na África a partir dos anos 2000, a ampliação do processo de transnacionalização de empresas brasileiras – contando com a colaboração forte do BNDES –, a autora tenta captar a forma específica pela qual a economia nacional, ao internacionalizar-se, assume as características do capital-imperialismo.

A “expansão capital-imperialista” brasileira se daria em três frentes: a) controlando o acesso a fontes de matérias-primas; b) submissão da força de trabalho de outros países, com métodos de força já experimentados anteriormente por aqui; c) o resultado dessa expansão, ao trazer seus dividendos, permite a aplicação de políticas de alívio por gotejamento das pressões sociais internas. Assim, em um plano mais estrutural, não foi apenas o boom das commodities que permitiram a implantação do modelo de desenvolvimento pela expansão do consumo durante o governo Lula. Segundo a autora, “no ano de 2006, a exportação de capitais como investimento estrangeiro direto (IED) saindo do Brasil aproximou-se da cifra de US\$30 bilhões e superou o montante de entrada de IED proveniente do exterior no mesmo ano” (Idem, p. 362). A hipótese de Virgínia é de que a ação do capital-imperialismo brasileiro constitui fundamento estrutural e, por consequência, o esteio regulador da hegemonia recente no país⁷.

⁷ A título de registro, considerando que escapa aos limites deste artigo, fica indicado a correspondência entre a inserção brasileira no movimento internacional do capital-imperialismo e a hegemonia recentemente construído em torno do que tem convenicionado chamar de “lulismo”, isto é, um padrão de dominação que articula a conciliação provisória e instável das classes aos momentos da conjuntura econômica internacional, ao passo que internamente favorece o crescimento de uma cultura política conservadora combinada à política de conta-gotas de alívio à pobreza e geração de empregos precários na base da pirâmide social.

A autora usa o conceito de capital-imperialismo como alternativa crítica ao conceito de subimperialismo formulado por Ruy Mauro Marini nos anos 1970, que buscou apreender o caráter histórico da relação de dependência entre as nações industrializadas e os países dependentes, especialmente a América Latina, partindo da forma como elas interagiam no mercado mundial a fim de garantir a acumulação capitalista. A exportação de bens industrializados para os países periféricos em troca de bens primários se daria de forma a “truncar a lei do valor”, ao vender “*sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual*”, o que faz com que “*las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad*” (MARINI, 1976, s/p).

Às nações periféricas restaria compensar essa perda de valor para os países centrais mediante a intensificação da exploração da força de trabalho local. A isso ele chama de superexploração da força de trabalho, cujos aspectos essenciais seriam: “*la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo*” (idem, s/p). Para Marini, “*estes aspectos “configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva* (grifo nosso, idem, s/p).

Nestes termos, o conceito de superexploração do trabalho procurava dar conta de uma caracterização estrutural da situação dependente das formações sociais latino-americanas em relação aos países centrais. A posição dependente e associada da burguesia brasileira impedia a realização da reforma agrária, o que levava a um empobrecimento do campo e a um alto êxodo rural, pressionando para baixo os salários urbanos. Desta forma, a burguesia brasileira não apenas era proprietária do tempo de trabalho excedente, mas avançava sobre o tempo de trabalho necessário, o fundo de consumo da classe trabalhadora, pinçando parte dela para, por conta da débil acumulação interna, sustentar a manutenção de sua dominação e garantir a remessa de excedente para o centro capitalista. Isso tudo geraria um desgaste estrutural da reprodução da força de trabalho, que, no limite, significava limitar o próprio tempo de vida dos trabalhadores.

O truncamento do mercado interno levaria a dois desdobramentos: produção de bens suntuários para restrita parcela da população (alta esfera de consumo), o que seria causa para a exportação de capitais brasileiros para valorização fora do país, chamado por Marini de subimperialismo; e o recurso sempre presente ao capital exterior, uma vez que a acumulação derivada dos processos internos seria sempre insuficiente, dada a pequenez do mercado interno.

Fontes afirma que o problema do mercado interno, caro a toda uma tradição do pensamento econômico e político brasileiro, era pensado principalmente em termos da produção de mercadorias para o consumo da população, podendo levar a uma secundarização do aspecto fundamental de que mercado interno é também mercado de trabalho: “não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens” (FONTES, 2010, p. 354).

Embora seja não apenas possível, mas vital para a análise econômica e social fazer referência ao grau/taxa de exploração da força de trabalho, teoricamente o termo exploração diz respeito à relação entre capital e trabalho, na qual aquele subordina a este por apropriar-se de uma parte do valor produzida. Exploração, portanto, é uma categoria geral de caráter qualitativo, que, contudo, contém dimensões quantitativas passíveis de medição em termos de taxas, médias, etc. O que o conceito de superexploração propõe é uma nova qualidade da exploração, uma espécie de subtipo, que é derivada da possibilidade real de um aumento da taxa de exploração. Marx analisou a possibilidade de aumento da taxa de exploração, que pode ocorrer seja sob a forma de mais-valia absoluta, seja sob a forma de mais-valia relativa. Na TMD, a superexploração aparece como uma qualidade específica da relação capital e trabalho no capitalismo dependente, segundo a qual é estrutural e permanente o pagamento de salário médio abaixo do valor da força de trabalho, seja pela intensificação do trabalho, extensão da jornada, pelo arrocho salarial ou pela diminuição da incidência dos “salários indiretos”, isto é, de direitos sociais legalmente alcançados pela luta dos trabalhadores.

Neste enquadramento, a superexploração da força de trabalho seria a única alternativa para o desenvolvimento interno do capitalismo (CARCANHOLO, s/d, p. 14). De nossa perspectiva, o aumento da produtividade alcançado no departamento III

da economia brasileira (bens de capital), que, iniciando-se na década de 1970⁸, generalizou os ganhos de produtividade – em níveis desiguais – nas décadas seguintes para toda indústria de transformação, a absorção da produção agrícola de alimentos às determinações da produção especificamente capitalista pari passu ao aumento do consumo de alimentos industrializados pela população trabalhadora, associados às altas taxas de lucro do setor de exportações de bens primários (minérios, grãos, frutas, carnes, petróleo) e seu reflexo na capacidade do Estado em subsidiar (principalmente via medidas protecionistas) com recurso progressivo ao seu próprio endividamento um ciclo de expansão interna do capital colocam, em conjunto, novas determinações para a disjunção entre a produção e apropriação do valor entre os países dependentes e os países dominantes. Não se quer dizer aqui que não haja situações de superexploração da força de trabalho, mas apenas levantar a hipótese de que ela não tenha, após as transformações do capitalismo brasileiro desde o final da década de 1970, um caráter estrutural que poderia ter no contexto dos debates que deram origem à TMD.

Usa-se normalmente o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE como parâmetro para medir o grau da superexploração da força de trabalho, seja comparando-o ao salário mínimo oficial, seja à distribuição da população ocupada por faixas de salário mínimo (LUCÉ, 2013). Nestas comparações, o SMN tende a ser sempre maior do que os valores a ele comparados, o que serviria como base para a afirmação da vigência atual do conceito de superexploração. Contudo, é preciso fazer uma ponderação. O cálculo do SMN é derivado de uma definição na esfera política e não necessariamente das determinações do valor no nível das relações de produção capitalistas. Portanto, se é verdade que o cálculo do SMN presta importante serviço para instrumentalizar a luta dos trabalhadores por aumentos salariais, por ser um preço geral "válido" indistintamente para todos os setores econômicos (isto é, sem levar em consideração as características concretas que constituem o valor da força de trabalho de cada setor ocupacional - metalúrgico, pedreiro, médico, professor, mineiro, petroleiro etc.), ele não reflete necessariamente as condições econômicas, mas uma conquista política, ainda virtual (por não ser generalizada), da luta de classes.

⁸ “A tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares” (FONTES, 2010, p. 357).

Além disso, se a superexploração da força de trabalho é traço constitutivo e inalterável da dependência, desgastando além da “média normal” a corporeidade dos trabalhadores, levando à piora das condições de vida, ao adoecimento precoce e, no limite, a uma redução do tempo de vida útil dos trabalhadores, como associá-la ao fato de que, dos anos 1960 até o 2014, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro, segundo dados do IBGE⁹, passou de 48 anos para 75 anos, um aumento de 27 anos?

Voltando à problemática do capital-imperialismo, Fontes recusa a classificação do Brasil como país subimperialista, pois este conceito se funda em duas premissas que ela criticou: a superexploração do trabalho como fundamento estrutural da dependência brasileira¹⁰ e o truncamento do mercado interno. Para ela, pelo menos a partir dos anos 1980, o desenvolvimento da acumulação, concentração e centralização de capital ocorrida no Brasil em articulação com os processos mundiais teria trazido o Brasil ao grupo desigual de países capital-imperialistas, embora em posição subalterna (Idem, p. 359). Assim, embora o conceito de subimperialismo tenha trazido luz para a paradoxal situação brasileira na América Latina de ser ao mesmo tempo predominante sobre os outros países e subalterna ao capitalismo central, na perspectiva da autora,

“o conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais internas ao país, nem das eventuais tensões interimperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa (Idem, *ibidem*).¹¹

⁹ Cf. <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2014/default.shtm>

¹⁰ “Extremamente sugestiva, esta tese [a superexploração da força de trabalho] incorre, entretanto, em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo” (FONTES, 2010, p. 352).

¹¹ Contudo, ela ainda reserva um campo de validade analítica do conceito de superexploração do trabalho: “as expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. A conversão em capital, através de fundos de pensão, de parte do salário de variadas camadas de trabalhadores [...] é outra de suas formas” (Idem, p. 355). Mas não é exatamente assim. Não obstante serem fundo de consumo dos trabalhadores, os salários são capital variável, isto é, são partes componentes da composição orgânica do capital no processo produtivo. O mesmo ocorre com a parte do salário que por ventura seja depositada em bancos na forma de poupança ou que é depositada em conta corrente e que o banco usa para suas operações financeiras. Não é, portanto, pela conversão de parte dos salários em fundos de pensão que os transforma em capital. O que ocorre é, em decorrência do alto grau de concentração e centralização e sua tendência em acelerar a velocidade da rotação do capital, parte do fundo de consumo dos trabalhadores – na forma de capital-dinheiro – passa a fazer parte da lógica de circulação do capital fictício.

Fontes afirma ainda que a expropriação de direitos é processo complementar ao fenômeno da “industrialização dos serviços”, o que significa que parte do fundo de consumo dos trabalhadores é destinado a comprar no mercado serviços que antes eram direitos, como saúde, educação, transporte, segurança, etc. Ainda assim, a autora insiste na validade do conceito de superexploração para explicar a generalização dos casos em que o emprego da força de trabalho se dá por meio da precarização das formas de contratação ou mesmo de ausência de contrato de trabalho, aquilo que Chico de Oliveira chama de “trabalho sem forma”, que, para ela, derivam salários abaixo do patamar histórico, social, cultural e politicamente constituído para o mercado nacional (Idem, p. 355).

Considerações Finais

As reflexões esboçadas nestas páginas, ainda que em caráter aproximativo e, portanto, provisórios constituem fonte importante para entender a problemática envolvida em torno da organização do Estado e do poder político e suas determinações econômicas na história recente do país. Principalmente porque, a partir das relações entre os fenômenos designados por conceitos como imperialismo, dependência e capital-imperialismo, suas proximidades, distâncias e rupturas, é possível articular as dimensões interna e externa do Estado brasileiro, sua relação com o movimento do capital no mercado mundial e as relações entre as frações de classe da burguesia brasileira e o operador político da hegemonia no período recente.

A teoria marxista da dependência é uma rica fonte de problematizações e hipóteses para a compreensão da reprodução da dependência em novas formas históricas em que, diferentemente dos vieses introduzidos pelo “pensamento único sobre a dependência” introduzido por Fernando Henrique Cardoso e reiterados até hoje, não estão vinculados a teses estagnacionistas. Como qualquer vertente da tradição marxista, suas formulações teóricas estão ligadas a problemas da práxis e tendem a informar estratégias de superação da ordem do capital. A perspectiva crítica presente nos autores matriciais da TMD em relação ao que havia de mais avançado no pensamento burguês latino-americano – principalmente na CEPAL – é ainda mais atual hoje, na medida em que a força político-intelectual do neodesenvolvimentismo como alternativa à

dependência tende a atrair parcelas significativas dos setores progressistas. Especialmente, porque está inscrito na TMD – desde Marini – a possibilidade de uma autonomia relativa da condução política da exportação de capitais. Por isso, o resgate crítico da teoria marxista da dependência impulsionado por vários de seus continuadores atualmente é uma iniciativa que, em diálogo crítico com outras perspectivas que pensam a inserção latino-americana nas novas determinações da atual fase do capitalismo global, tende a gerar frutos importantes para a luta emancipatória no subcontinente.

Referências Bibliográficas

CARCANHOLO, Marcelo. **La Importancia de Dialéctica de la Dependencia para el Actual Rescate Crítico de la Teoría Marxista de la Dependencia**. Mimeo. S/D. Disponível em: <https://goo.gl/1ajTRd>

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Ed. 2. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antônio. "*O moderno príncipe*". pp. 3-102. In: **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

LENIN, V. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011, p. 218. Disponível em: <http://goo.gl/7Zb1WP>

LUCE, M. S. *A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências na história recente*. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MATHIAS, Meire. **Inserção Internacional do Brasil Contemporâneo: o Pêndulo das Mudanças**. Aurora, Marília, v. 6, n. 1, p. 161-174, Jul.-Dez., 2012b.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PRADO, Fernando C. **História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Anais do evento Marx e Marxismo 2011: teoria e Prática, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://goo.gl/ddq0ar>